**ANEXO VI**

**PORTARIA CONJUNTA Nº 3 /DIRAT/DIRBEN/INSS, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017**

**TERMO DE REPRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE ACESSO A INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

Eu, **${NAME}**, inscrito (a) no CPF **${CPF},**  RG nº **${RG\_ISSUER}-${RG}**, residente e domiciliado (a) em **${ADDRESS} ${NUMBER} – ${NEIGHBORHOOD}** no Município de **${CITY\_HALL} -${STATE}**, CEP: **${ADDRESS\_CEP}** representado pela **${SOCIAL\_REASON}, CNPJ nº ${COLONY\_CNPJ}**, CONFIRO PODERES ESPECÍFICOS para me representar perante o INSS na solicitação do serviço ou benefício abaixo indicado e AUTORIZO a referida Entidade, na pessoa de seus agentes autorizados, a terem acesso apenas às informações pessoais necessárias a subsidiar o requerimento eletrônico do serviço ou benefício abaixo elencado:

|  |
| --- |
| 1. ( ) Aposentadoria por Idade ( ) rural ( ) urbana 2. ( ) Aposentadoria por Tempo de Contribuição 3. ( ) Pensão por Morte Previdenciária ( ) rural ( ) urbana 4. ( ) Auxílio-Reclusão ( ) rural ( ) urbano 5. ( ) Salário Maternidade ( ) rural ( ) urbano 6. ( ) Cópia de processos 7. ( ) Extratos previdenciários 8. ( ) Revisão de benefício 9. ( ) Recurso à JRPS 10. ( x ) Seguro Defeso |

Podendo, para tanto, praticar os atos necessários ao cumprimento deste mandato, em especial, prestar informações, acompanhar requerimentos, cumprir exigências, ter vistas e tomar ciência de decisões sobre processos de requerimento de benefícios operacionalizados pelo Instituto.

${COLONY}, ${DATE}

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) Representado (a)

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Por este Termo de Responsabilidade, comprometo-me a comunicar ao INSS qualquer evento que possa anular esta Procuração, no prazo de trinta dias, a contar da data que o mesmo ocorra, principalmente o óbito do segurado/pensionista, mediante apresentação da respectiva certidão.

Estou ciente de que o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-me-á às penalidades previstas nos arts. 171 e 299, ambos do Código Penal.

|  |  |
| --- | --- |
| **${DAY} / ${MOUNTH} / ${YEAR}** | **ASSINATURA DO PROCURADOR** |

**CÓDIGO PENAL**

*Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou manter alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.*

*Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.*